

Tese: Falta de uma política pública eficaz.

Repertório: "Sociedade do Cansaço", de Byung-Chul Han

Na obra, o filósofo sul-coreano discute como a sociedade atual, focada em produtividade e eficiência, pode levar a uma gestão governamental que prioriza resultados imediatos em detrimento do bem-estar social e ambiental. A partir dessa reflexão, é possível argumentar como a busca constante por eficiência e produtividade na gestão pública pode ter efeitos negativos sobre a qualidade de vida e a sustentabilidade.

Tese: Ignorância social.

Repertório: Nelson Mandela.

O líder político sul-africano enfatiza a importância da educação na transformação social. Mandela, com sua história de luta contra a segregação e a promoção da igualdade, exemplifica como a educação pode ser uma força motriz para a mudança e o desenvolvimento em uma sociedade. Por isso, é viável utilizar seu pensamento para argumentar que a educação é fundamental para combater a ignorância e promover mudanças sociais positivas.

Tese: Ausência de plano de ação efetivo por parte do Poder Público que promova ação do governo e da sociedade.

Repertório: "Paradoxo da Moral", de Vladimir Jankélévitch.

O filósofo francês reflete sobre a indiferença moral e ética da sociedade moderna, especialmente em relação a questões de saúde pública e meio ambiente. Jankélévitch explora a ideia de responsabilidade coletiva versus ação individual. Logo, é possível utilizar para discutir a necessidade de um plano de ação efetivo, ligando-o à responsabilidade ética do governo e da sociedade.

Tese: Ignorância da sociedade, Alienação social.

Repertório: "O Contrato Social", de Jean-Jacques Rousseau.

Rousseau explora a relação entre o indivíduo e a sociedade, enfatizando a importância da participação cidadã e da responsabilidade social. Sua obra sugere que a alienação e a ignorância são contrárias aos princípios de uma sociedade justa e equitativa. Assim, é viável argumentar que a alienação e a ignorância dos indivíduos em relação aos assuntos sociais contradizem os princípios de um contrato social justo e equitativo.

Tese: Negligência governamental em relação à saúde pública.

Repertório: Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Declaração Universal de Direitos Humanos afirma que a saúde é um direito humano fundamental. A negligência do Estado em relação a doenças pode ser vista como uma violação desses direitos. Então, é possível usar esse repertório para enfatizar que a saúde é um direito humano e a negligência do Estado em questões de saúde pública constitui uma violação desses direitos.

Tese: Falta de investimentos em políticas públicas de saúde.

Repertório: "Modernidade Líquida", de Zygmunt Bauman.

Bauman analisa, na obra "Modernidade Líquida", a natureza efêmera de relações e estruturas na sociedade moderna. Nesse contexto, a falta de investimentos duradouros em saúde pública, como campanhas de prevenção, pode ser vista como um reflexo dessa "liquidez". Logo, é possível usar a reflexão do estudioso para afirmar que a natureza transitória das políticas públicas na sociedade moderna impacta negativamente ações sustentáveis e de longo prazo na saúde pública.

Tese: Manipulação midiática; controle do povo e submissão; manutenção do poder.

Repertório: "Admirável Gado Novo", de Zé Ramalho.

"Admirável Gado Novo", de Zé Ramalho, denuncia a opressão, a exploração e a falta de oportunidades para a maioria da população. Ela destaca como as elites dominantes utilizam a religião e a mídia para manter a população controlada e submissa. A letra também menciona a falta de acesso à educação, à saúde e à moradia, e a violência que afeta principalmente os pobres e as minorias.

Tese e repertório: Falta de políticas públicas eficazes.

Repertório: "Cidadanias Mutiladas", de Milton Santos.

Conforme Milton Santos em "Cidadanias Mutiladas", as minorias, especialmente as populações mais pobres e marginalizadas nas cidades brasileiras, são as mais afetadas pelo problema. A falta de políticas públicas eficazes em moradia, transporte, saúde e educação agrava a exclusão e a segregação espacial, limitando severamente seu acesso à cidade, às oportunidades e à participação plena na vida social e política.

Tese: O egocentrismo social.

Repertório: "Banalidade do mal", de Hannah Arendt, e "Cegueira moral: a perda da sensibilidade na Modernidade Líquida", de Zygmunt Bauman e Leonidas Donskis.

Arendt, ao explorar a "banalidade do mal", destaca como o egocentrismo social, uma atitude de indiferença e conformidade com normas prejudiciais, perpetua injustiças e violações de direitos humanos. Esse fenômeno leva à exclusão de populações vulneráveis de decisões políticas e econômicas, contribuindo para desigualdades sociais e concentração de poder.

A tese do egocentrismo do indivíduo também pode ser sustentada por meio da obra **"Cegueira moral: a perda da sensibilidade na Modernidade Líquida"**, publicada em 2015, na qual os autores **Bauman e Donskis** alertam para a perda do sentido de comunidade em um mundo cada vez mais individualista, destacando que o mal não se concentra em polos específicos, nem tem como fator deflagrador somente situações de guerra, mas que se manifesta principalmente na cotidianidade, na insensibilidade para o sofrimento do outro, na ausência completa de empatia. A exemplo de Edgar Morin, os autores também falam em miopia ética, na adoção de uma ética de utilidade que só serve a quem se beneficia dela.

Tese: Superexposição de pessoas nas redes sociais/ Espetacularização.

Repertório: "A Sociedade do espetáculo", de Guy Debord, e "Vida para o Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria", de Zygmunt Bauman.

No livro, o filósofo francês argumenta que a sociedade moderna é dominada pelo espetáculo, uma forma de representação da realidade que se torna mais importante do que a própria realidade. O espetáculo, segundo ele, é uma manifestação da alienação, em que as relações sociais são mediadas por imagens e representações, perdendo sua autenticidade. Debord discute, em sua obra, a comodificação* de todas as esferas da vida, na qual as relações sociais, a cultura e até mesmo a resistência são transformadas em mercadorias. Ele argumenta que o capitalismo transforma tudo em mercadoria, inclusive as experiências humanas.

*Comodificação: transformação em commodity, ou seja, fenômeno contemporâneo em que muitos bens, serviços, ideias e também pessoas - outrora considerados não comerciais - passam a ser transformados em mercadorias vendáveis.

Bauman também problematiza a mesma questão na obra **"Vida para o Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria"**, publicada em 2008, na qual o autor denuncia a transformação das pessoas em mercadorias, já que, em sua visão, as pessoas não apenas são alvo do mercado, mas promotores das mercadorias e até mesmo se tornam as próprias mercadorias que promovem, divulgam e internalizam, tornando-se outros ao adotarem estilos de vida propagados pelo

marketing. As pessoas precisam se submeter a constantes remodelamentos para que, ao contrário de roupas e produtos que rapidamente saem de moda, não fiquem obsoletas. No livro, o filósofo polonês examina ainda o impacto da conduta consumista em diversos aspectos da vida social: política, democracia, comunidades, parcerias, construção de identidade, produção e uso de conhecimento; e dá especial atenção ao mundo virtual: as redes de relacionamento não refletem a ideia do homem como produto?

Tese: Educação pública de má qualidade

Repertório: Florestan Fernandes.

Florestan Fernandes, sociólogo, dizia que “Um povo educado não aceitaria as condições de miséria e desemprego como as que temos.” Para ele, a única maneira de construir uma sociedade mais justa e sem desigualdades sociais era por meio da educação pública e de qualidade. Além disso, Florestan também defendia a educação enquanto um direito

Tese: Falsa democracia racial.

Repertório: Florestan Fernandes.

Ele ainda criticava a tese de que não existia preconceito e discriminação no Brasil, e foi quem cunhou o termo “mito da democracia racial”, o qual criou uma visão irreal de que não existe preconceito no país. Democracia racial é um conceito associado ao sociólogo Gilberto Freyre, que defendia que a grande miscigenação ocorrida durante a colonização do Brasil teria contribuído para uma relação menos conflituosa entre as raças e que o povo brasileiro, cordial e pacífico, vivia de maneira harmoniosa.

Em uma de suas obras “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, o sociólogo discute como a modernização no país, com a adoção do capitalismo moderno e a democratização, só aumentou as desigualdades entre negros e brancos por não dar as mesmas condições de acesso ao mercado de trabalho ao primeiro grupo. Mesmo com o fim do colonialismo e da escravidão, as oportunidades não foram equivalentes. Explorando ideias marxistas, Florestan também afirmava que na luta de classes, mesmo que o branco fosse pobre e proletário, o negro sempre seria o mais prejudicado por ainda sofrer discriminação racial.

Tese: Desigualdade social.

Repertório: Florestan Fernandes.

Para tratar da questão da desigualdade enfrentada por pessoas pobres e que moravam na periferia, o sociólogo usava como exemplo sua experiência pessoal como filho de pai desconhecido e uma imigrante portuguesa. Contava que, mesmo com o apoio de sua madrinha, seus primeiros empregos eram vistos como algo inferior na sociedade e que era muito difícil para as pessoas com uma origem humilde como sua conquistar algo diferente e próspero. Ele também afirmava que a única maneira de progredir moralmente era superando essa desigualdade e defendia a democracia das relações sociais e o acesso a serviços básicos por todos os cidadãos.

Tese: Ausência de cidadania plena.

Repertório: José Murilo de Carvalho.

José Murilo de Carvalho, sociólogo, cientista político e historiador, afirmava que **a cidadania só pode ser plena e efetiva quando há a coexistência dos direitos civis, políticos e sociais**. O direito civil, segundo o pensador, está muito ligado à questão do direito de ir e vir e da dignidade humana. Já o direito social se refere ao acesso a serviços básicos, como saúde e educação. Por fim, os direitos políticos estão associados ao fato de se poder votar e ser votado.

No Brasil, a população primeiramente conseguiu acesso a direitos sociais básicos, para só depois conseguir os direitos políticos. Segundo o historiador, se a pessoa tem acesso a uma educação de má qualidade, por exemplo, e não pode votar, não conseguirá participar ativamente da política e “reclamar” da situação e, sem poder reivindicar seus direitos, terá que aceitar o que lhe for imposto.

Conceito de cidadania operária, de José Murilo de Carvalho: As camadas mais pobres não são incentivadas a ser a parte pensante do país. Nesse sentido, é como se o povo fosse construído historicamente para funcionar como uma mão de obra precarizada, com baixo salário e baixo acesso à dignidade humana. Assim, sem participação política, as pessoas ficam de fora de questões centrais que precisam ser discutidas.

O estudioso foi citado em três textos nota mil em 2021, cujo tema foi "Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil".

Exemplo 01: Fernanda Quaresma (PE)

Com efeito, é nítido que o deficitário registro civil repercute, sem dúvida, na persistente falta de pertencimento como cidadão brasileiro. Isso acontece, porque, como já estudado pelo historiador José Murilo de Carvalho, para que haja uma cidadania completa no Brasil, é necessária a coexistência dos direitos sociais, políticos e civis. Sob essa ótica, percebe-se que, quando o pilar civil não é garantido – em outras palavras, a não efetivação do direito devido a falta do registro em cartório –, não é possível fazer com que a cidadania seja alcançada na sociedade. Dessa forma, da mesma maneira que o “mais novo” e o “mais velho” de Graciliano Ramos, quase 3 milhões de brasileiros continuam por ser invisibilizados: sem nome oficial, sem reconhecimento pelo Estado e, por fim, sem a dignidade de um cidadão.

Exemplo 02: Daiane Souza (PE)

Outrossim, convém pontuar que o principal efeito negativo disso é o afastamento desses grupos não registrados dos espaços públicos, em especial da escola e do mercado de trabalho. Tal situação é discutida no livro "A cidadania no Brasil: o longo caminho", do historiador José Murilo de Carvalho, ao sustentar que a desigualdade social impede a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao seguir essa linha de pensamento, na medida que o indivíduo não tem seus documentos regularizados, a possibilidade da inclusão no meio escolar e no laboral diminui, uma vez que tais papéis são pré-requisitos para se matricular e ser, posteriormente, contratado por uma empresa. A título de exemplo, o Brasil é o 9º país mais desigual do mundo, conforme o IBGE. Dessa maneira, observa-se como esse problema promove vulnerabilidade.

Exemplo 03: Giovanna Dias (PE)

Ademais, percebe-se que o principal entrave que impede que tantas pessoas no Brasil não se registrem é o perfil da educação brasileira, a qual tem como objetivo formar a população apenas como mão de obra. Isso acontece, porque, assim como teorizado pelo economista José Murilo de Carvalho, observa-se a formação de uma “cidadania operária”, na qual a população mais vulnerável socioeconomicamente não é estimulada a desenvolver um pensamento crítico e é idealizada para ser explorada. Nota-se, então, que, devido a essa disfunção no sistema educacional, essas pessoas não conhecem seus direitos enquanto cidadãos, como o direito de possuir um documento de registro civil. Assim, a partir dessa educação falha, forma-se um ciclo de desigualdade, observado no fato de o país ocupar o 9º lugar entre os países mais desiguais do mundo, segundo o IBGE, já que, assim como afirmado pelo sociólogo Florestan Fernandes, uma nação com acesso a uma educação de qualidade não sujeitaria seu povo a condições de precária cidadania, como a observada a partir do alto número de pessoas sem registro no país.